

continuação



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017

(ii) Segundo plano de opções aprovado ("Plano Regular")  
O segundo plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** nossos administradores e empregados, bem como os administradores e empregados de nossas sociedades controladas;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo nosso Conselho de Administração;
- **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano;
- **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito do deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- **Preço de exercício:** será determinado pelo nosso Conselho de Administração no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

Em 31 de dezembro de 2017, não houve ainda outorga de opções deste novo plano.

(b) **Mensuração de valor justo (primeiro plano de opções)**  
A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado:

Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70
Rendimento de dividendos (%)	1,35
Volatilidade esperada (%)	29,02
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72
Modelo utilizado	Binomial

**Volatilidade e rendimento de dividendos:** Sendo que a Companhia ainda não estava listada no momento da aprovação do plano, a Companhia definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, a Companhia adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos com a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

(c) **Conciliação de opções de compra de ações em circulação (primeiro plano de opções)**  
Os movimentos no plano de opções de ações no período foram os seguintes:

<b>Opções de ações pendentes em 1º de janeiro de 2017</b>	
Opções concedidas até 31 de dezembro de 2017 (1)	7.838.783
Opções exercidas até 31 de dezembro de 2017	-
Opções canceladas ou que expirou em 31 de dezembro de 2017	-
<b>Opções de ações pendentes em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>7.838.783</b>

Em 31 de dezembro de 2017, há 1.445.000 opções autorizadas para outorga a executivos contratados após a data do Plano F&IPO (21 de março 2017), ou em fase de recrutamento.

(d) **Despesas reconhecidas no resultado**  
Para detalhes sobre as despesas de benefícios aos empregados (pagamentos baseados em ações), veja Nota 24.

### Nota 31: Número de Empregados, Remuneração dos Empregados e Benefícios

#### Políticas contábeis

Os empregados do grupo recebem benefícios de curto prazo (tais como férias remuneradas, auxílio-doença e participação nos lucros do resultado) e benefícios de longo prazo (tais como prêmios de tempo de serviço e benefícios pós-emprego complementares). Os benefícios pós-emprego podem ser pagos em planos de contribuição definida ou de benefício definido. Todos esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. Os benefícios de curto prazo (ou seja, os benefícios que devem ser integralmente liquidados em até doze meses após o encerramento do período anual em que os empregados prestam os serviços relacionados) são classificados como passivo circulante (em "Outras contas a pagar") e registrados como despesa no exercício em que os empregados prestam os serviços relacionados (Nota 24). Os benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo são mensurados e reconhecidos conforme descrito na Nota 18.1.

#### Nota 31.1. Descrição dos planos de contribuição definida

Os benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados que são pagos após a conclusão do emprego. Os planos de benefícios pós-emprego do Grupo incluem planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos.

#### Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais o Grupo paga contribuições fixas em uma entidade separada responsável pela gestão administrativa e financeira do plano, bem como pelo pagamento de benefícios de tal forma que o Grupo não tem obrigação de pagar outras contribuições se os ativos do plano forem insuficientes.

## Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

### Introdução

De acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário e também na CVM 308/99, o Comitê de Auditoria Estatutário do Atacadão S.A ("Companhia") deve, dentre outras atribuições, rever e fornecer opiniões para o Conselho de Administração sobre: (i) a manutenção ou alteração dos Auditores Independentes da Companhia (ii) as informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) o monitoramento dos procedimentos de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) a escolha das políticas e princípios contábeis da Companhia e de suas subsidiárias; (v) o monitoramento dos procedimentos de gerenciamento e avaliação de riscos internos e de suas subsidiárias e; (vi) o monitoramento e avaliação, em conjunto com a administração e com o departamento de auditoria interna, da adequação das transações entre partes relacionadas. O Comitê de Auditoria é composto de cinco membros, sendo quatro conselheiros e um membro não conselheiro.

### Atividades:

Após a conclusão do IPO, no final de julho de 2017, o Comitê de Auditoria Estatutário reuniu-se duas (2) vezes ordinariamente, no ano de 2017, para rever, além de outros assuntos, as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia e uma vez (1) em reunião extraordinária em dezembro de 2017, visando rever e recomendar as competências da área de auditoria interna, bem como avaliar a suficiência da estrutura e budget da auditoria interna.

### Diretoria

<b>Noé Prioux</b> Diretor Presidente - Grupo Carrefour Brasil	<b>Sebastien Durchon</b> Diretor Vice-Presidente de Finanças - Grupo Carrefour Brasil e Diretor de Relações com Investidores
<b>José Roberto Meister Müssnich</b> Diretor Presidente - Atacadão	<b>Marco Aparecido de Oliveira</b> Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Aos acionistas e aos Administradores do

#### Atacadão S.A.

#### São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Atacadão S.A. ("Companhia" ou "Grupo"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Atacadão S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Provisões e passivos contingentes (individual e consolidado)

Ver nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Por que é um PAA:** O Grupo é parte passiva em processos fiscais, trabalhistas e cíveis no curso normal de suas atividades, e está sujeito a fiscalizações por parte das autoridades competentes que podem resultar em autos de infração. O valor estimado das provisões e a divulgação requerida dos processos judiciais e administrativos, bem como de outros passivos contingentes requerem julgamento do Grupo e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pelo Grupo para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem impactar significativamente o montante das provisões e as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Devido ao volume significativo de processos e à relevância dos valores envolvidos, à complexidade da legislação tributária, em especial no que diz respeito aos valores a serem considerados como base para tomada de crédito tributário nas empresas de varejo, e aos julgamentos significativos exercidos pelo Grupo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados à identificação, monitoramento e avaliação dos processos judiciais, assim como a lista de assessores jurídicos externos e internos do Grupo. Obtivemos confirmações junto aos assessores jurídicos externos e internos do Grupo contemplando a avaliação do risco de perda e os montantes envolvidos nos processos fiscais, trabalhistas e cíveis em aberto. Para os processos reclamationários e posições tributárias tomadas mais significativas, analisamos com o auxílio de nossos especialistas nas áreas tributária e legal, a documentação suporte, as opiniões legais dos assessores externos, e a jurisprudência existente. Testamos ainda, por amostragem, o histórico de perdas de processos trabalhistas utilizado para mensuração da provisão dos processos trabalhistas em fase inicial. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração e a divulgação das Provisões e passivos contingentes, os quais foram acatados e registrados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações dos passivos contingentes no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Impostos a recuperar (individual e consolidado)

Ver nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Por que é um PAA:** De acordo com a legislação estadual, as transferências de mercadorias interestaduais permitem ao Grupo o reconhecimento de créditos de ICMS de substituição tributária (ICMS ST) pagos na aquisição das mercadorias. Devido ao aumento de itens sujeitos ao ICMS ST e das transferências de mercadorias interestaduais, o Grupo vem acumulando saldos significativos de impostos a recuperar de ICMS ST. O Grupo avalia a expectativa de realização do saldo de impostos a recuperar, a classificação entre o ativo circulante e não circulante, assim como a necessidade de constituição de provisão para perdas. Essa avaliação é feita com base em estudos técnicos que consideram, para cada Estado, a projeção de compras e vendas em exercícios futuros, o histórico de utilizações de créditos fiscais, alterações na distribuição logística das mercadorias, e solicitações de regimes tributários especiais. Devido à relevância dos valores envolvidos, ao grau de julgamento para determinar as premissas consideradas nos estudos técnicos que podem impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Envolvemos os nossos especialistas tributários para analisar a aderência às normas, regimes tributários especiais obtidos e aos procedimentos definidos nas legislações estaduais e, em base amostral, avaliamos a adequação dos respectivos registros fiscais. Também com auxílio de nossos especialistas tributários, obtivemos o entendimento da metodologia e pressupostos chave utilizados na elaboração do plano estratégico para a realização desses créditos por meio de investigações aos responsáveis da área tributária do Grupo. Avaliamos a adequação da apresentação dos saldos entre ativo circulante e não circulante, assim como a razoabilidade da suficiência da provisão para perdas. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pelo Gru-

po nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração e a divulgação dos impostos a recuperar, os quais foram acatados e registrados pela administração. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os julgamentos exercidos pelo Grupo na determinação sobre a realização dos créditos de ICMS ST nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Acordos comerciais (individual e consolidado)

Ver nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
**Por que é um PAA:** O Grupo recebe descontos comerciais significativos por acordos negociados com seus fornecedores. Os acordos comerciais possuem uma gama de condições que requerem uma estrutura de controles internos para identificar, mensurar e reconhecer contabilmente os descontos comerciais quando as condições a eles associadas forem cumpridas. Estes descontos comerciais representam um componente significativo reduzindo o custo das vendas. Devido ao grande volume de transações, a relevância dos valores envolvidos, e ao grau de julgamento que pode impactar o momento e o valor reconhecido como reductor dos custos dos estoques nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave relacionados com o processo de compras e acordos comerciais.

Sobre uma amostragem de descontos variáveis, recalculamos os valores reconhecidos em relação às respectivas transações de compra com base nas condições negociadas nos respectivos acordos comerciais. Sobre uma amostragem de "descontos comerciais pontuais" obtivemos a documentação suporte dos acordos comerciais. Avaliamos também a adequação do reconhecimento contábil dos lançamentos selecionados em base de testes.

**Análises nas variações mensais dos saldos reconhecidos com descontos comerciais em relação aos custos das vendas, considerando tendências, sazonalidade e informações históricas.** Avaliamos ainda a adequação do montante reconhecido como reductor dos custos dos estoques e das divulgações de políticas contábeis do Grupo. Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles internos relacionados ao reconhecimento de acordos comerciais. Em função disso, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao registro dessas transações. No decorrer da nossa auditoria também identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração e a divulgação dos acordos comerciais, os quais foram parcialmente acatados e registrados pela administração. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os saldos registrados de Acordos comerciais e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Provisão para crédito de liquidação duvidosa em créditos ao consumidor (individual e consolidado)

Ver notas explicativas 7.1 e 27.7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Por que é um PAA:** O Grupo reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos ao consumidor concedidos pela entidade de serviços financeiros, quando o Grupo acredita que existe o risco de que a totalidade ou parte do montante devido não seja recuperado. Os modelos de provisão desenvolvidos pelo Grupo consideram a classificação dos empréstimos em curso em categorias de risco uniformes com base na probabilidade de inadimplência ("default"), e uma modelagem da perda dada a inadimplência com base em dados históricos. Mudanças nas premissas utilizadas pelo Grupo para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições econômicas gerais ou nos acordos financeiros com consumidores, podem impactar significativamente o montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Devido à relevância dos créditos concedidos ao consumidor e ao grau de julgamento envolvido na determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse tema um assunto significativo em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave relacionados à identificação e registro dos créditos ao consumidor concedidos pela entidade de serviços financeiros. Com base em amostragem, recalculamos a provisão para créditos de liquidação duvidosa em créditos ao consumidor elaborada com base na política estabelecida pelo Grupo que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação às categorias de risco uniformes, e analisamos a consistência dos modelos aplicados em períodos anteriores, assim como, os documentos suporte preparados pela entidade de serviços financeiros para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação dos saldos. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras em relação à suficiência de informações sobre a natureza das transações, a exposição ao risco de crédito e os valores provisionados pelo Grupo. Nossos testes revelaram deficiências no desenho e efetividade operacional dos controles internos relacionados a Provisão para créditos de liquidação duvidosa em créditos ao consumidor. Em função disso, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto a Provisão para créditos de liquidação duvidosa em créditos ao consumidor. No decorrer da nossa auditoria também identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração e a divulgação da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos ao consumidor concedidos pela entidade de serviços financeiros, os quais foram acatados e registrados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis os saldos de Provisão para créditos de liquidação duvidosa em créditos ao consumidor e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos - Demonstrações de valor adicionado:

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os

### Compromissos recebidos

(Em milhões de reais - R\$)

	31/12/2017	Vencimento		
		Dentro de 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos
<b>Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa</b>	<b>170</b>	<b>170</b>	-	-
Empresas de soluções financeiras	170	170	-	-
Outras companhias	-	-	-	-
<b>Relacionado com operações/ imobiliário/expansão etc.</b>	<b>31</b>	-	-	<b>31</b>
Relacionados com locações	467	143	323	1
<b>Total</b>	<b>667</b>	<b>313</b>	<b>323</b>	<b>32</b>

Os compromissos não registrados no balanço relacionados com transações de caixa incluem:

- compromissos de crédito concedidos aos clientes pela CSF, empresa de soluções financeiras no decorso das suas atividades operacionais. A CSF tem a possibilidade de rever as linhas de crédito oferecidas aos seus clientes a qualquer momento, portanto é classificado como curto prazo;
- hipotecas e outras garantias prestadas ou recebidas, principalmente no âmbito das atividades imobiliárias do Grupo;
- linhas de crédito confirmadas mas não utilizadas pelo Grupo no final do período.

Os compromissos não registrados no balanço relacionados com operações incluem:

- compromissos de compra de energia até 5 anos;
- compromissos de compra de combustível em relação à nossa atividade de venda de combustíveis;
- compromissos diversos decorrentes de contratos comerciais;
- garantias para pagamento de recebíveis; e
- outros compromissos assumidos ou recebidos.

#### Arrendamentos mercantis operacionais:

Em 31 de dezembro de 2017, 147 lojas do segmento Atacadão, 73 lojas de hipermercados e 6 lojas de supermercados (de um total de 169 lojas do segmento Atacadão, 103 hipermercados e 41 supermercados) eram de propriedade do Grupo.

Do total de alugueis mínimos futuros devidos em arrendamentos operacionais e financeiros, 17% são devidos dentro de um ano, 50% entre um a cinco anos e 33% além de cinco anos.

Os pagamentos mínimos futuros de alugueis operacionais - determinados com base no compromisso máximo do Grupo em termos de duração e valor para cada um dos arrendamentos imobiliários e de equipamentos, em vigor ao final do período - totalizaram R\$1.774 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.685 milhões em 31 de dezembro de 2016).

O Grupo também possui diversos shoppings e galerias construídos principalmente nos mesmos locais que seus hipermercados e supermercados e alugados a terceiros. As receitas de aluguel destas unidades de varejo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$180 milhões (R\$184 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Os alugueis mínimos futuros a receber dessas unidades de varejo - determinados com base no compromisso máximo dos arrendatários em termos de duração e valor para cada um dos arrendamentos em vigor no encerramento do período - totalizaram R\$467 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$504 milhões em 31 de dezembro de 2016.

#### Nota 33: Cobertura de Seguro

Em 31 de dezembro de 2017 a cobertura de seguros do Grupo Carrefour Brasil compreendia:

(Em milhões de reais - R\$)	Controladora	Consolidado
<b>Cobertura de seguro</b>	<b>6.814</b>	<b>16.524</b>
Riscos operacionais	6.814	16.524
Lucros cessantes	2.959	6.384
Responsabilidade civil-limite máximo de indenização	18	18

#### Nota 34: Eventos Subsequentes

##### Conversão e abertura futuras de lojas atacarejo

Em 23 de janeiro de 2018, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o Grupo Carrefour Global informou em sua apresentação de seu plano de transformação que planeja acelerar a expansão do modelo de lojas atacarejo, com abertura de 20 novas lojas do Atacadão por ano a partir de 2018, incluindo a conversão de 5 hipermercados em 2018. A Companhia informou também que não houve especificação de período ou prazo limite para encerramento deste plano de expansão.

Em 31 de janeiro de 2018, o acionista da Companhia Oppenheimer Funds, Inc. ("Oppenheimer") aumentou a participação no capital social do Atacadão S.A., passando a administrar um total de 101.768.072 da Companhia, correspondente a 5,14% do capital social. Oppenheimer Funds declarou também que (i) a aquisição da participação acionária tem por objetivo estritamente investimento e não objetiva alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia e (ii) não foram celebrados quaisquer contratos ou acordos que regulem o exercício de direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários emitidos pela Companhia.

##### Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 27 de fevereiro de 2018, proposta de distribuição do valor bruto de R\$317 milhões na forma de juros sobre o capital próprio a seus acionistas ao longo de 2018. Esse valor equivale a R\$0,16 por ação, e representa uma remuneração total equivalente a 25,0% sobre o lucro líquido ajustado de 2017. A proposta de destinação do resultado de 2017, contemplando parte desse valor total, será submetida à aprovação dos acionistas na AGO que deverá ser realizada no mês de abril de 2018. O valor restante será declarado pelo Conselho de Administração durante o ano de 2018.

## Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de Dezembro de 2009, os abaixo assinados, Diretores do Atacadão S.A., a "Companhia".

Declaram que:

- revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; e
- revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.	<b>Noé Prioux</b> Diretor Presidente - Grupo Carrefour Brasil
	<b>José Roberto Meister Müssnich</b> Diretor Presidente - Atacadão
	<b>Sebastien Durchon</b> Diretor Vice-Presidente de Finanças - Grupo Carrefour Brasil e Diretor de Relações com Investidores
	<b>Marco Aparecido de Oliveira</b> Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão

### Contador

<b>Ahmad Abu Islam</b> - CRC SP-259626/O-8
--

critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras e com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Carlos Eduardo Paulino da Silva**  
Contador CRC 1SP197910/O-7